



**AFINAL, O QUE É “EMPREGABILIDADE”? O DEBATE EM SERVIÇO SOCIAL**  
**AFTER ALL, WHAT IT IS “EMPLOYABILITY”? THE DEBATE IN SOCIAL SERVICE**

**Diogo Henrique Helal\***

Doutor em Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais  
Professor da Universidade Federal da Paraíba  
E-mail: diogohh@yahoo.com.br  
João Pessoa, Paraíba, Brasil

**Maria Gisella Oliveira Cavalcanti**

Graduada em Serviço Social/Universidade Federal de Pernambuco  
E-mail: cavalcanti.giselli@hotmail.com  
Recife, Pernambuco, Brasil

---

\*Endereço: Diogo Henrique Helal

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Campus I, Departamento de Administração. Campus Universitário, Cidade Universitária, CEP: 58.059-900 - Joao Pessoa, PB - Brasil.

**Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho**

**Artigo recebido em 09/05/2013. Última versão recebida em 02/06/2013. Aprovado em 03/06/2013.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review (revisão de admissão) pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).**

**Apoio e financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq**

## RESUMO

Na busca pelo emprego no Brasil, um debate específico adquire importância, uma vez que polariza posições dicotômicas: Uma identifica-se com a construção discursiva acerca do trabalhador capaz de se adaptar frente às novas exigências do mundo do trabalho. Outra posição refere-se àquela que considera tal conceito uma transferência de responsabilidade pelo emprego, da sociedade e do Estado para o trabalhador. Em particular, este artigo buscou identificar e analisar como o termo empregabilidade tem emergido no ambiente acadêmico em Serviço Social. Foi realizada uma pesquisa descritiva e qualitativa, a partir de entrevistas semi-estruturadas com a coordenadora, uma professora e quatro alunos, todos do curso de Serviço Social da UFPE. Foram analisados também dados secundários do referido curso. Os resultados indicaram que o discurso prevalente acerca da empregabilidade é aquele que transfere ao indivíduo a responsabilidade pelo emprego. Apesar de o curso estudado ter um posicionamento mais crítico, de base marxista, os alunos entrevistados não o apresentam. Quando questionados sobre empregabilidade, os alunos tendem a reproduzir o discurso neoliberal sobre o assunto.

**Palavras-chave:** empregabilidade; Serviço Social; trabalho.

## ABSTRACT

In the job search in Brazil, a specific debate acquires importance, at time that polarizes dichotomist positions: One, is identified with the discursive construction on the worker able to adapt in front of the new requirements of the world of the work. Another position is those one that considers such concept, transference of responsibility for the job, the society and the State for the worker. In particular, this article searched to identify and to analyze how the term employability has emerged in the academic environment in Social Service. A descriptive and qualitative research was carried through, based on interviews semi-structuralized with the coordinator, a professor and four pupils, all belonging to the course of Social Service (UFPE). Secondary data from the related course had also been analyzed. The results had indicated that the prevalent speech concerning the employability is that one that transfers to the individual the responsibility for the job. Although the studied course to have a more critical positioning, of marxist base, the interviewed pupils do not present it. When questioned on employability, the pupils tend to reproduce the neoliberal speech on the subject.

**Keywords:** employability; Social Service; work.

## 1. INTRODUÇÃO

Esta palavra, empregabilidade, tem ocupado posição de destaque na Academia, no mundo empresarial e na discussão sobre políticas públicas, no Brasil e em outros países. Convém destacar, entretanto, que seu surgimento é relativamente recente. É reflexo do agravamento da crise pela qual passa o mercado de trabalho em todo mundo, em função da diminuição do número de empregos formais e do aumento dos níveis de desemprego e trabalhos informais (CARLEIAL; VALLE, 1997).

É sabido que a terceirização e a flexibilização da economia vêm causando fortes impactos no mercado de trabalho em todo o Brasil, que, segundo Pochmann (2001), vive um momento de desestruturação. Para o autor, os novos conhecimentos tecnológicos se associaram às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional, maior nível de motivação e habilidades laborais adicionais no exercício do trabalho. Foi o novo contexto do mercado de trabalho, permeado pelo desemprego e pela dificuldade em se (re)inserir neste mercado que trouxe o debate acerca da empregabilidade para a ordem do dia, no Brasil e em diversos outros países. Considera-se que o que se presencia no momento é uma crise estrutural do capital, que teve início nos anos 1970 e que perdura até os dias atuais. O capital, em resposta às suas crises, tem deflagrado um processo de reestruturação produtiva, trazendo profundas mudanças no mundo do trabalho.

Em particular, este artigo buscou identificar e analisar como o termo empregabilidade tem emergido no ambiente acadêmico em Serviço Social. Foi realizada uma pesquisa descritiva e qualitativa, a partir de entrevistas semi-estruturadas com a coordenadora, uma professora e quatro alunos, todos do curso de Serviço Social da UFPE. Foram analisados também dados secundários do referido curso.

Além desta introdução, o artigo conta com um referencial teórico sobre empregabilidade, apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, apresentação dos resultados e sua discussão, e por fim, as conclusões.

## 2. EMPREGABILIDADE

Por se tratar de um fenômeno recente, a conceituação e o entendimento sobre empregabilidade são dispersas e diversificadas.

O conceito de empregabilidade tem sido utilizado para referir-se às condições da integração dos sujeitos à realidade atual dos mercados de trabalho e ao poder que possuem de

negociar sua própria capacidade de trabalho, considerando o que os empregadores definem por competência (MACHADO, 1998, p.18).

Para Lavinias (2001, p.03), o uso do termo empregabilidade remete “às características individuais do trabalhador capazes de fazer com que possa escapar do desemprego mantendo sua capacidade de obter um emprego”. Na visão da autora, o divisor de águas entre trabalhadores empregáveis e não-empregáveis reside no seu grau de aptidão para um determinado trabalho.

Nas definições de empregabilidade apresentadas, o termo é visto como a capacidade de adaptação da mão-de-obra frente às novas exigências do mundo do trabalho e das organizações. Entretanto, não há um consenso em relação à conceituação do tema.

Diversos outros autores referem-se à empregabilidade como um discurso neoliberal, que transfere a responsabilidade pelo emprego, da sociedade e do Estado para o próprio trabalhador. Carrieri e Sarsur (2002) entendem a empregabilidade como uma estratégia adotada pela alta administração das empresas, no sentido de transferência da organização à responsabilidade ao trabalhador, da não-contratação ou da demissão. Para Rodrigues (1997, p.228), o conceito empregabilidade, conjugado com outros conceitos mais gerais como globalização, competitividade e reestruturação industrial, busca consolidar a “construção de uma rede discursivo-conceitual que tenta simultaneamente, por um lado, explicar uma nova etapa do desenvolvimento civilizatório e, por outro lado, facilitar as dores do parto do novo mundo do trabalho”.

É possível supor que a ênfase no mercado e no cliente, nas novas competências gerenciais e na empregabilidade parecem resolver um tradicional dilema gerencial, qual seja, controlar e direcionar os indivíduos para comportamentos desejados: autonomia, flexibilidade, criatividade, autovigilância, espírito empreendedor etc. Para Freitas (2000, p. 11), nesse discurso, e também nas ações organizacionais, é dito que o indivíduo deve considerar-se como o “empreendedor de sua própria vida”, que ele seja o “seu próprio projeto” e que se veja como “um capital que deve dar retorno”, buscando sempre melhorar sua empregabilidade.

Acredita-se também que o acesso ao emprego não pode ser determinado de forma simplista e restrita. A realidade mostra que várias são as explicações e os determinantes da empregabilidade e de suas variantes. Segundo Paiva (2000, p. 57), empregabilidade é uma “construção social mais complexa, na medida em que se descola das instituições formais e da experiência adquirida para considerar aspectos pessoais e disposições subjetivas e para dar maior peso não apenas a aspectos técnicos, mas à socialização”.

Esta visão de empregabilidade é bastante apropriada à realidade brasileira, marcada, segundo Freitas (1997), por um forte traço de personalismo. Para o autor, a sociedade brasileira é baseada em relações pessoais. Nesse sentido, não se pode imaginar que o acesso ao emprego no Brasil ocorra de modo impessoal e meritocrático, valorizando principalmente as variáveis ligadas ao esforço próprio individual, nomeadamente investimentos em capital humano (educação). Civelli (1998) destaca que o acesso ao mercado de trabalho deve ser estudado sob uma perspectiva diferenciada, na qual variáveis simbólicas, culturais, sociais e de valor estão se tornando fundamentais. Esta foi a estratégia proposta e testada por Helal (2005; 2007), que explora a temática da empregabilidade individual, procurando ampliar a discussão corrente sobre o assunto, centrada na teoria do capital humano. Nesse sentido, o autor propõe e testa um modelo explicativo da empregabilidade individual, baseado em revisão bibliográfica, com o propósito de buscar melhor entendimento sobre o que determina o acesso ao emprego. O modelo é concebido com base em três abordagens: teoria do capital humano, do capital cultural e do capital social.

Os resultados do estudo (HELAL, 2007) indicaram que não apenas os investimentos em capital humano (educação formal) são suficientes para garantir um espaço no mercado formal de trabalho. Os dados indicaram que, principalmente em posições de maior status ocupacional, como as gerenciais, as barreiras de gênero e cor permanecem. Isso indica que, apesar dos investimentos em educação realizados pelos brasileiros, eminentemente na última década, negros e mulheres continuam a ter menores oportunidades no mercado de trabalho.

Em particular, este artigo pretende descrever e analisar o que vem sendo exigido dos trabalhadores, diante do processo de flexibilização organizacional. Neste sentido, pretende responder a seguinte indagação: como tem emergido e ganhado força o termo “empregabilidade” no curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco? Para tanto, foram realizadas entrevistas com alunos do primeiro e oitavo período, com professores e coordenador do curso em questão. Analisou-se ainda a grade curricular do curso, bem como ementas de disciplinas.

### 3. METODOLOGIA

Este artigo pesquisa pretende descrever e analisar as concepções sobre empregabilidade no ambiente universitário em Serviço Social (UFPE). Para tanto, foram realizadas entrevistas com estudantes dos primeiros e últimos períodos da referida graduação, com a coordenadora do curso e com uma professora titular.

É oportuno destacar que associada à metodologia proposta, este artigo adota a estratégia da triangulação, proposta por Denzin (1978) e rediscutida por Flick (1992). Tal estratégia pressupõe que os métodos e técnicas de pesquisa podem ser vistos como complementares ao invés de rivais. A triangulação foi de dados, uma vez que foram usadas diferentes fontes de dados. O fenômeno “empregabilidade” foi estudado a partir de diferentes pessoas (informantes).

Os dados para este artigo foram primários e secundários. Os primários referem-se às entrevistas semi-estruturadas realizadas com os estudantes e professores do curso de graduação em Serviço Social. Os secundários consistem em informações sobre o curso – grade curricular, planos de aula, ementas de disciplinas.

Os dados, depois de coletados, foram analisados de modo quantitativo e qualitativo, com base nas técnicas de análise de conteúdo (AC). Para Bardin (2004, p.33), “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Das técnicas que compõem a análise de conteúdo – categorial, de avaliação, da enunciação, da expressão, das relações e do discurso – serão utilizadas para análise dos dados as análises da enunciação e do discurso. De acordo com Bardin (2004, p.168), “a transcrição tendo por fim uma análise da enunciação deve considerar o máximo de informação, tanto linguística (registro da totalidade dos significantes) como paralinguística”.

Na definição das categorias para análise, optou-se por utilizar a categorização *a posteriori* devido à diversidade e riqueza dos conteúdos advindos de estruturas semi-estruturadas.

Para realização desta pesquisa, solicitou-se o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos entrevistados. Assegurou-se a confidencialidade e a privacidade de seus depoimentos, garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos que participassem da pesquisa e observando-se as normas legais e éticas para pesquisa que envolve seres humanos<sup>1</sup>.

#### 4. RESULTADOS

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) teve início em 20 de novembro de 1970, a partir da formação do Departamento de Serviço Social no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Em 1976, os departamentos foram congregados em Centros e o Departamento de Serviço Social passou a fazer parte do Centro de Ciências

Sociais Aplicadas. Atualmente o curso é oferecido em oito períodos, com uma carga horária plena de 3.100 horas, sendo um dos únicos cursos presenciais de graduação em Serviço Social na cidade do Recife.

O curso oferece ao estudante de Serviço Social a capacidade teórico-metodológica para uma apreensão crítica do processo histórico como totalidade, o que implica compreendê-lo principalmente em seu movimento dinâmico e contraditório, em sua constituição universal, particular, singular, nas mediações e esferas da vida social.

Nos oito períodos do curso, a temática “trabalho” aparece em quase todos. Destacam-se as disciplinas: “Direito e Legislação Social 1”, “Introdução ao Serviço Social”, “Serviço Social e Processos de Trabalho”, “Trabalho e Sociabilidade”, “Economia 1”, “Economia Política e Serviço Social”, “Trabalho na Contemporaneidade” (UFPE, 2008). Trabalho é discutido, nessas disciplinas, a partir de uma perspectiva crítica: aborda-se o surgimento do capitalismo, a acumulação primitiva do capital, a revolução industrial, o trabalho livre; as noções básicas para a compreensão do modo de produção capitalista - mercadoria, capital, trabalho concreto, trabalho abstrato, classe social; ideologia e encobrimento da exploração e da dominação, dentre outros aspectos.

Em continuidade, com o propósito de compreender as concepções sobre empregabilidade no ambiente acadêmico de Serviço Social da UFPE, foram realizadas entrevistas com estudantes, com a coordenadora do curso e com uma professora titular do departamento de serviço social.

Inicialmente, os entrevistados foram questionados sobre o conceito de empregabilidade. Os alunos consideraram a empregabilidade como a capacidade do indivíduo entrar no mercado de trabalho: “empregabilidade é a oportunidade de se ingressar no mercado de trabalho pós formatura” (aluna, 19 anos, 2º período); “é a capacidade de uma pessoa se tornar empregável, conquistando um espaço no mercado de trabalho” (aluno, 21 anos, 8º período).

As professoras entrevistadas, por sua vez, não colocaram a empregabilidade apenas como uma capacidade individual, mas sim, como a capacidade do mercado em absorver a mão-de-obra. Para a coordenadora do curso, empregabilidade refere-se à capacidade do mercado de trabalho absorver a mão-de-obra.

Quando questionados se se consideram uma pessoa empregável e o porquê, os alunos se consideram empregáveis, atribuindo essa capacidade simplesmente a formação em curso de nível superior, ou até mesmo devido a capacidade de atender as exigências do mercado: “Sim. Faço curso superior e gosto do que faço” (aluna, 19 anos, 2º período); “Sim. Faço



faculdade, estágio e já trabalho como motorista” (aluno, 20 anos, 2º período); “Sim. Tenho conhecimento em informática, formação superior, entre outras exigências feitas pelo mercado”. (aluno, 21 anos, 8º período); “Sim. Sou capacitada, competente e disposta a aprender assuntos e atividades variadas. Entro no discurso do mercado, afinal sou classe trabalhadora”. (aluna, 21 anos, 8º período).

De outro lado, as professoras se consideram empregáveis devido às competências adquiridas, bem como, à capacidade de buscar novos conhecimentos na área profissional. Uma das professoras afirmou: “sou empregável porque além das competências profissionais adquiridas busco sempre estimular o conhecimento para aumentar as possibilidades de ser empregado. Pois no capitalismo o acesso ao emprego não é garantido”.

No que diz respeito às demandas profissionais do mercado, os alunos demonstraram ter apreendido as mudanças ocorridas no “mundo do trabalho”. Para os alunos do oitavo período, “há trinta anos o mercado exigia a um profissional aquele trabalho específico e pronto, já hoje se exige um profissional com bastante qualificação” (aluno, 20 anos, 8º período); “o mercado exigia um profissional estático e com um nível mediano de capacitação. Já nos dias atuais, o que se pede é um profissional dinâmico, multicultural e flexível” (aluna, 21 anos, 8º período).

Para as professoras, o conhecimento, a qualificação e a competência sempre foram importantes. No entanto, à medida que a sociedade avança na tecnologia, o nível de conhecimento exigido pelo trabalhador aumenta.

Há trinta anos, a exigência feita ao profissional era dentro do seu campo específico de atuação. O processo civilizatório da humanidade é um processo de mudanças contínuas. A empresa está inserida nesse refazer da vida societária, sendo assim, o desenvolvimento industrial, da empresa, do comércio e da vida cotidiana dos cidadãos vai se dando num contexto que está interligado. Hoje é necessário que o profissional tenha um conjunto de habilidades maiores que inclui o domínio da informática já que vivemos na era da eletrônica. Há trinta anos a própria indústria se estruturava de maneira diferente. A concepção da indústria era linha de montagem, era o trabalho em série, e essa concepção da indústria automobilística, por exemplo, passa a ser o padrão pra indústria de outros produtos também. Hoje você não tem mais essa configuração da própria indústria, você não tem mais o chão de fábrica, você não tem mais o empregado fixo, então antes se exigia do funcionário que ele fosse um operário padrão, hoje, dependendo do âmbito, você não exige mais nem esse tipo de empregado que está vinculado à empresa. Nós estamos na era da terceirização onde as pessoas são contratadas para exercer uma atividade que ao fim do contrato termina (Coordenadora do curso).



## 5. DISCUSSÃO

Quando questionados sobre o conceito de empregabilidade, os alunos de Serviço Social da UFPE afirmaram ser a empregabilidade a capacidade de o indivíduo entrar no mercado de trabalho e se consideraram pessoas empregáveis por estarem cursando uma graduação (alunos do segundo período) ou por atenderem algumas exigências do mercado como: capacitação, competência, domínio sobre a informática e disponibilidade para aprender novas atividades (alunos do oitavo período).

Para Frigotto (2003), o ser humano é caracterizado fundamentalmente em uma tripla dimensão: individualidade, natureza e ser social. Segundo Gramsci apud Frigotto (2003), a individualidade que possuímos e a natureza que desenvolvemos estão subordinadas ou resultam de determinadas relações sociais que os seres humanos assumem historicamente. No entanto, na concepção de ser humano, o capitalismo tem enfatizado a primeira dimensão (a individualidade), transformando a compreensão da desigualdade social em resultante de opções e esforços pessoais, quando, na verdade, pode ser vista como fruto da relação de poder e de classe. Percebe-se, assim, que os alunos do segundo período estão envolvidos com o discurso de que para se ter acesso ao emprego basta o esforço pessoal, acreditando, ainda, que estar numa formação superior oferece a garantia de estar empregado. No que diz respeito aos alunos do oitavo período, apesar de demonstrarem consciência de que, como futuros profissionais de Serviço Social, também são classe trabalhadora e que por isso precisam entrar no “jogo” do mercado para conquistar sua empregabilidade, não apresentaram nenhuma postura crítica mais marcada, dando a entender que se consideram responsáveis pela sua empregabilidade.

Diante do exposto, é notório que a visão dos alunos sobre o tema se aproxima da definição de empregabilidade dada por Pinto (2007, p.7):

A empregabilidade é a aptidão adquirida pelo trabalhador, valendo-se de um aprendizado contínuo e diversificado, de desenvolver habilidades novas que o tornem profissionalmente necessário a múltiplas organizações empresariais de atividades econômicas distintas.

Apesar de o curso de Serviço Social da UFPE ter um posicionamento mais crítico, de base marxista, os alunos entrevistados não o apresentam, no tocante a empregabilidade. Quando questionados sobre empregabilidade, eles (alunos) tendem a reproduzir o discurso neoliberal sobre o assunto. É compreensível que isso aconteça, uma vez que os mesmos são

“bombardeados” durante toda uma vida pela ofensiva neoliberal, que tem a mídia, como veículo de difusão.

Já as professoras analisam essa questão de uma maneira mais crítica; definem a empregabilidade como a capacidade do mercado em absorver a mão-de-obra disponível, reconhecendo, também, a importância do profissional se manter atualizado com as demandas da sua área, bem como estar constantemente em busca de novos conhecimentos. Uma das professoras destacou: “a empregabilidade se situa no campo das possibilidades, pois no sistema capitalista ela não é garantida”. Assim, na concepção das docentes, o indivíduo não é o único responsável por estar ou não estar empregado, embora o projeto neoliberal insista em difundir a dimensão individual do ser humano em detrimento da sua dimensão coletiva, desconsiderando o indivíduo como fruto das relações sociais.

De acordo com Iamamoto (2005), o projeto neoliberal naturaliza o ordenamento capitalista e as desigualdades sociais a ele inerentes e tidas como inevitáveis. Exalta os indivíduos isolados em detrimento da presença viva dos sujeitos coletivos e das suas lutas na construção da história e provoca um retrocesso histórico, desmontando as conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras consubstanciados nos direitos sociais universais de cidadania, que têm no Estado uma mediação fundamental.

Os alunos entrevistados, em especial os do oitavo período, demonstraram ter apreendido as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, bem como as novas exigências do mercado em relação ao trabalhador, exaltando uma característica específica do atual modelo de produção que é a o aparecimento da figura do trabalhador flexível. Essa compreensão do processo de trabalho e suas alterações eram esperadas, uma vez que a grade curricular da graduação em Serviço Social da UFPE contém dentre outras, as seguintes disciplinas: Trabalho e Sociabilidade, Serviço Social e Processos de Trabalho e Trabalho na Contemporaneidade.

No âmbito da organização da produção de bens e serviços, o padrão fordista-taylorista passa a conviver com formas de organização da produção dotadas de elevado padrão tecnológico, a partir da incorporação dos avanços científicos de última geração. No entanto, estabelece relações de trabalho regressivas para o interesse da classe trabalhadora. Com a desregulamentação do capital, há o aumento das taxas de mais valia absoluta e relativa, que o discurso capitalista resume na chamada “flexibilidade”. Essa investida a favor do crescimento econômico dos oligopólios e que vai de encontro ao desenvolvimento social, atinge a luta sindical em um quadro amplo de recessão e desemprego (IAMAMOTO, 2005, p. 140).

Ainda no tocante às transformações ocorridas no “mundo do trabalho” nos últimos trinta anos, para professoras, à medida que a sociedade avança na tecnologia, o nível de conhecimento exigido pelo trabalhador aumenta. Ressaltam ainda que o processo civilizatório da humanidade é um processo de mudanças contínuas e que a empresa está inserida nesse refazer da vida societária, culminado em novas relações de trabalho de acordo com cada momento histórico. A coordenadora do curso destacou inclusive que hoje não se tem mais nem o chão de fábrica; o empregado fixo já não é mais prioridade para as empresas devido à era da terceirização. No mais, não foram mencionadas as expressões da questão social causadas por essa conjuntura na realidade da classe trabalhadora, como o crescente desemprego e a perda de direitos trabalhistas conquistados ao longo da história.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi estudado, é possível perceber que o discurso prevalente acerca da empregabilidade é aquele que transfere ao indivíduo a responsabilidade pelo emprego. Como visto, além de retirar dos trabalhadores seus direitos conquistados ao longo da história, o capitalismo, diante de uma “flexibilidade” que enfatiza a individualidade, precariza as relações de trabalho e naturaliza as desigualdades sociais.

A ofensiva neoliberal bombardeia intensamente a sociedade com sua ideologia individualista e competitiva, o que torna compreensível o fato de que até mesmo estudantes do curso de Serviço Social, de base marxista, reproduzam o pensamento neoliberal no tocante à empregabilidade dos indivíduos.

O presente artigo alcançou o objetivo almejado ao vir a ser uma oportunidade para que os professores e a coordenação do curso de Serviço Social da UFPE possam melhor conhecer a capacidade e expressão críticas dos alunos que estão no início da graduação e avaliar o que foi apreendido por aqueles que já estão em processo de conclusão.

O trabalho, aqui concluído, também tem o potencial de inspirar novas pesquisas a partir dos resultados desta. Pode, inclusive, ser objeto de um novo estudo, a investigação sobre as possibilidades e estratégias que o Departamento de Serviço Social da UFPE poderá utilizar para viabilizar a formação de profissionais de Serviço Social ainda mais críticos no que tange à relação capital-trabalho.

**REFERÊNCIAS**

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa (Portugal): Edições 70, 2004.
- CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (orgs.). **Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo: HUCITEC-ABET, 1997.
- CARRIERI, Alexandre; SARSUR, Amyra M. Percurso Semântico do Tema Empregabilidade: um estudo de caso em uma empresa de telefonia. Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração – EnANPAD, 26, 2002, Salvador-BA, **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2002. 1 CD.
- CIVELLI, Franco. Personal Competencies, Organizational Competencies, and Employability. **Industrial and Commercial Training**. Guildsborough, v.30, n.02, p.48-52, 1998.
- DENZIN, Norman K. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. 2.ed. Chicago: Aldine Publishing Company, 1978.
- FLICK, Uwe. Triangulation revisited: strategy of validation or alternative? **Journal for the Theory of Social Behaviour**. v.22, n.2, p. 175-197, 1992.
- FREITAS, Alexandre B. Traços Brasileiros para uma Análise Organizacional. In: F. P. MOTTA e M. CALDAS (orgs.). **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.
- FREITAS, M. E. Contexto social e imaginário organizacional moderno. **Revista de Administração de Empresas**, n. 2, p. 6-15, 2000.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: Criação e destruição da vida. Rio de Janeiro, 2003.
- HELAL, Diogo Henrique. Flexibilização organizacional e empregabilidade individual: proposição de um modelo explicativo. **Cadernos EBAPE.BR**. v.III, n.1, p. 1-15, Março, 2005, ISSN: 1679-3951.
- HELAL, Diogo Henrique. Empregabilidade no Brasil: padrões e tendências. In: IPEA. (Org.). **Prêmio Ipea 40 anos IPEA-CAIXA-2005 : monografias**. Brasília: IPEA, 2007, v. , p. 1-726.
- IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social: contribuições analíticas sobre o exercício profissional. **Revista Katálisis**. Florianópolis, n. 02, p.139-142, jul./dez. 2005.
- LAVINAS, Lena. Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. **TD – Texto para Discussão**, n.826. Rio de Janeiro, IPEA, set. 2001, p.01-24.
- MACHADO, Lucília. Educação Básica, Empregabilidade e Competência. **Trabalho & Educação** – Revista do NETE. Belo Horizonte, n.03, p.15-31, jan./jul. 1998.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, Crise do Trabalho Assalariado e Exclusão Social. In: P. GENTILI e G. FRIGOTTO (orgs.). **A Cidadania Negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 1.ed. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p.49-64.

PINTO, José Agosto Rodrigues. Empregabilidade e precarização do emprego. **Revista LTR**. V. 71, n. 01, janeiro de 2007, pp. 7-14.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização**: a Nova Divisão Internacional do Trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 2001.

RODRIGUES, José. Da Teoria do Capital Humano à Empregabilidade: um ensaio sobre as crises do capital e a educação brasileira. **Trabalho & Educação** – Revista do NETE. Belo Horizonte, n.02, p.215-230, ago./dez. 1997.

UNIIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Relatório Perfil Curricular**. Perfil 1404 – 1. Serviço Social. 20 de fevereiro de 2008. Disponível em [http://www.ufpe.br/proacad/images/cursos\\_ufpe/servico\\_social\\_perfil\\_1404.pdf](http://www.ufpe.br/proacad/images/cursos_ufpe/servico_social_perfil_1404.pdf); Acesso em 27 de maio de 2010.

---

<sup>2</sup>Declaração de Helsinki (1957, revisada em 1983) e Resoluções do Conselho Nacional de Saúde n. 196, de 10/10/96 e n. 251, de 07/08/97.